

# Cabral acha que fez o possível

Relator entregou a Ulysses a sua "síntese da vontade nacional"

Apertos, empurrões e muita confusão. Foi nesse clima que o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) entregou ontem o esboço, sem numeração dos artigos, do substitutivo do projeto da Constituição ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Diante de todas as lideranças partidárias, da Mesa da Constituinte e de um batalhão de lobistas e jornalistas que se acotovelavam no apertado gabinete da presidência da Câmara, o relator apresentou o substitutivo como "a síntese jurídica da vontade nacional, mesmo frisando que ele não é um trabalho final e deve sofrer várias alterações."

Por causa do tumulto, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, chegou a pedir ao deputado Ulysses Guimarães para que a entrega do substitutivo fosse transferida para um local mais amplo. Não adiantou. Tanto o relator Bernardo Cabral quanto o presidente da Constituinte acabaram tendo seus discursos abafados, em diversos momentos, pelo burburinho dos que queriam assegurar um lugar para assistir ou gravar a cerimônia. Cabral frisou, em seu discurso, que o substitutivo não tinha um tom pessoal de qualquer grupo isolado, mas refletia a vontade da maioria.

A preocupação em refletir um pensamento majoritário foi destacada por Ulysses Guimarães, que, numa alusão às críticas sofridas nos últimos meses por Bernardo Cabral, afirmou que o relator ouviu a todos que o procuravam e "tem meu testemunho de trabalho de manhã, de tarde e à noite". Ulysses observou ainda que "é muito difícil o ofício de relator, que é falar pelos outros e escrever o que os outros pensam".

Não faltaram aplausos para o relator, que exibiu um ar cansado, e para o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, saudado por Ulysses como um "sábio". Depois, em entrevista, Cabral rebateu as críticas dos partidos de esquerda, que argumentavam não terem

sido ouvidos por ele. "Ouví todos os que vieram ao meu local de trabalho, eles é que não me procuraram", justificou.

Bernardo Cabral explicou que preferiu deixar em aberto a data da adoção do parlamentarismo porque foi informado de que haveria obstrução na Comissão de Sistematização. "Não teria sentido colocar uma data que seria desrespeitada, o melhor é deixar o plenário decidir", argumentou.

Com relação à reforma agrária, ele acredita que o texto final do substitutivo, além de fruto de intensas negociações, é o único que permite realmente a reforma agrária, por ter a intermediação da Justiça e o instrumento do decurso de prazo — imissão de posse imediata se em 90 dias a Justiça não se pronunciar sobre a questão.

O relator garantiu que os ministros militares não foram previamente informados sobre o texto da anistia incluído no substitutivo. "O Leônidas é muito meu amigo mas não é constituinte", salientou. A anistia, a reforma agrária, o mandato presidencial e o sistema de governo são os pontos em torno dos quais Bernardo Cabral espera maior polêmica nas próximas etapas da Constituinte.

Quando a proposta do governador do Rio, Moreira Franco, de realização de um plebiscito popular no caso da Constituinte aprovar o parlamentarismo, Bernardo Cabral preferiu não se posicionar por enquanto. O plebiscito, segundo ele, tem de ser amadurecido, não pode ser decidido sem que se ouça as diversas correntes políticas.

"Espero que um dia a história me faça justiça". Esse foi o desabafo do relator Bernardo Cabral após entregar seu substitutivo, quando disse que não pretende responder às críticas de que tem sido alvo por parte do governo e de outros setores. Cabral disse a parlamentares que o cercavam que foi preciso "muito espírito cívico" para colocar determinados dispositivos no projeto, pois "o ideal é agradar a todo mundo".

EUGENIO NOVAES



O ato da entrega foi muito concorrido e a aparência cansada de Cabral chamou a atenção de todos.

## Só alguns leram o famoso texto

Enquanto a menos de dez metros de seu gabinete o líder do PL, deputado Adolfo de Oliveira, debatia desde às seis da tarde o texto do substitutivo com sua bancada, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, quase duas horas depois ainda não portava seu exemplar. E, por isso, sequer esboçou vontade de conversar com jornalistas, já que não tinha conhecimento do material que se desejava repercutir.

O deputado Expedito Machado, do Centro Democrático, também desconhecia o que foi feito pelo relator. Mas preferiu a solução mais prática assinalando que "não li e não gostei". Nenhum dos moderados teve acesso ao texto do substitutivo com a antecipação que privilegiou alguns constituintes de outros partidos.

Por volta das sete da noite, o senador José Rícha encontrou-se no corredor do Senado com o ex-líder do PDS, Nelson Marchezan, e mostrou seu exemplar, por sinal, um dos primeiros a ser entregue. Ia ao gabinete do senador Virgílio Tá-

vora, do PDS, para nova reunião de debates. Já no mesmo local, o senador Mansueto de Lavor, do MUP — Movimento da Unidade Progressista — reclamava que não tinha conhecimento de nada.

O deputado Afif Domingos, do PL e integrante do bloco de centro, comentou que, do que lhe foi permitido conhecer do texto, achava necessário destacar uns cinco pontos. Entre eles, o que estabelece o decurso de prazo para o Judiciário na reforma agrária. E justificava: não entendo como os democratas do passado, que tanto repudiaram o decurso agora tiram do Legislativo para impor a um outro poder.

Também o deputado Roberto Cardoso Alves, do bloco de centro nada conhecia até o início da noite sobre o substitutivo. Aliás, este privilégio não foi concedido sequer ao líder Mário Covas, que às cinco da tarde, em entrevista à imprensa, dizia que estava falando baseado no texto que lhe mostraram no domingo.

Mas estava satisfeito.

## A entrega foi só uma encenação

A entrega do projeto de Carta do deputado Ulysses Guimarães foi apenas formal. O documento era ainda um esboço do substitutivo, sem a numeração dos artigos e ainda carente de uma revisão final: às 17h20, quando Ulysses e Cabral faziam a festa, no Prodase, um grupo de assessores dava os últimos retoques no texto verdadeiro, que só ficaria pronto às 22 horas.

Mas esta não foi a primeira encenação da Constituinte. Quando foi concluído o trabalho das comissões temáticas, o relator Bernardo Cabral fez pior: entregou a Ulysses um maço de papéis em branco, simbolizando o primeiro projeto da nova Carta que também daquela vez não foi concluído a tempo.

Além de não ter os artigos numerados, o esboço de ontem não continha o parecer sobre as emendas apresentadas.

## Articulações finais consomem 24 horas

As 24 horas que antecederam a entrega do substitutivo do relator Bernardo Cabral foram de negociações intensas que desenvolveram não apenas no Prodase, mas também no Palácio da Alvorada de onde o relator, Bernardo Cabral, saiu de uma reunião com o presidente José Sarney por volta das 10 horas da noite de terça-feira. Paralelamente, os ministros militares também estiveram reunidos na expectativa de como ficaria o artigo referente à anistia.

Aparadas as arestas, especialmente no que se referia aos temas como anistia, sistema de governo e mandato presidencial, Cabral e os seus relatores auxiliares conseguiram "fechar" as negociações ontem após uma última reunião no Prodase que terminou pouco depois das 13 horas. O texto foi então entregue aos funcionários para que se in-

classe o processo de digitação e impressão. Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) o substitutivo avançou nos temas em que havia consenso, ressaltando que, no entanto, o substitutivo apresentado é para ser emendado. Definitivo, para o senador, só a morte.

### ESQUERDA ATENTA

Para a reunião final no Prodase, que teve a participação de vários representantes da esquerda, como Brandão Monteiro, líder do PDT.

Além de Bernardo Cabral foram convocados também seus relatores adjuntos.

Otimista, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) informou que o texto constitucional havia avançado nos temas em que os grupos parlamentares (de Consenso, liderado

pelo deputado Euclides Scalco, e dos 32, do senador José Rícha) haviam obtido uma linha de pensamento em comum. Em outros, como a anistia, Cardoso admitiu grandes dificuldades. Dificuldades idênticas foram empecilho para se inserir no anteprojeto a data para o início do sistema parlamentarista, e a duração do mandato do presidente Sarney.

A imissão automática da posse da terra desapropriada para fins de reforma agrária foi considerada um avanço pelos progressistas que, no entanto, não acreditam na sua aprovação pela maioria da Comissão de Sistematização. Já na questão dos trabalhadores cairam os avanços obtidos na Comissão da Ordem Social que aprovou a estabilidade no emprego e uma jornada de 40 horas. O anteprojeto manteve as oito horas diárias e a proibição de demissão arbitrária.

## LEONARDO MOTA

### Emendas da Aliança

Os acertos sobre a forma final da Constituição estão fugindo perigosamente ao controle das lideranças políticas e podem suscitar formas mais ostensivas de endurecimento institucional. Esse é um reflexo natural das conversações que nas últimas horas mantiveram os dois presidentes dos partidos que sustentam o Governo. Se eles não o sustentarem, de um modo a assegurar o contrato que mantêm as Forças Armadas equidistantes do poder, o aparato militar poderá voltar a se pronunciar sobre as questões políticas. Os ministros militares já não escondem sua insatisfação quanto à inclusão da anistia no anteprojeto Bernardo Cabral.

O senador Marco Maciel e o deputado Ulysses Guimarães, cercados de seus líderes, ontem desenvolveram um roteiro de entendimento pontilhado pelos temores institucionais. Ambos seriam protótipos ideais de primeiros-ministros num regime parlamentarista, mas o senso de responsabilidade dos dois indica o presidencialismo como a melhor forma de governo para o País. Maciel deu conta a Ulysses da análise que fez para o presidente Sarney sobre o assunto da forma de governo, para ele o mais preocupante, dado que os grandes líderes da Constituinte poderão contornar a questão da anistia.

O acerto foi para que a Aliança Democrática, tida como semimorta, volte como fenôx das cinzas para tentar apresentar emendas ao anteprojeto Cabral, tido na conta indefensável. Vão ser apostas emendas sobre tudo, começando pelo rol compressor em defesa do parlamentarismo.

### ALUIZIO E A COORDENAÇÃO

O ministro Aluizio Alves foi a Natal e voltou ontem após abrir o seminário "Nordeste e a Constituinte", promovido pelo seu ministério. Antes de viajar, passou pelo gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço, que o saudou: "Aqui está o grande coordenador político que o PMDB precisava ter na Constituinte". Junto, o deputado Paes Landim relembrou que Petrônio Portela, num certo momento de sua carreira, queria se reaproximar de Carlos Lacerda. E segredou: "Só o Aluizio Alves, que fez as pazes entre Lacerda, Jânio e Jango, poderia me prestar esse serviço".

### JOSÉ HUGO RELANÇA PP

Homenageado ontem em Belo Horizonte, o ministro José Hugo Castelo Branco, antes de seguir viagem, segredou a amigos no Palácio do Planalto que faria a apologia do PP, como símbolo para uma democracia que precisa de partidos fortes para se consolidar. "Foi o único projeto de poder no País, vislumbrado por Tancredo Neves para varar a fragilidade da democracia no Brasil, mas o PP logo sucumbiu pela visão imediatista e autoritária que domina mesmo o mundo político civil. Para ele, os atuais partidos não passam de frentes descoloridas.

### O B NO PODER

O ministro Raphael de Almeida Magalhães cumpriu seu papel ontem na Câmara ao expor as razões pelas quais a Previdência comprou apartamentos, ambulância e um edifício no Rio. Os parlamentares que o sabatinaram não conseguiram esconder que estavam frustrados por fisiologia. Consta, nesse aspecto que o PC do B de Alagoas, que indicou o novo superintendente regional do Inamps, conseguiu ser mais eficiente no cargo que o do PMDB, indicado pelo deputado José Costa. Por isso Raphael manteve o B no poder.

## Esquerda reclama da "formalidade"

Os líderes dos partidos de esquerda — PT, PDT, PCB, PC do B e PSB — reclamaram ontem que, na cerimônia de entrega do substitutivo do deputado Bernardo Cabral ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, "faltou salgado e uísque para completar a festa".

Os líderes partidários foram convidados ao gabinete de Ulysses Guimarães onde, às 17 horas, se daria a entrega do substitutivo, apelidado de "B.B. de Rosemary", por ter sido feito no 24º andar do Banco do Brasil. O ato, contudo, criticaram as lideranças de esquerda, "foi apenas para tirar retrato, porque nós não recebemos o texto".

O líder do PDT, Brandão Monteiro, observou que "esta é a terceira vez que isso acontece: o Bernardo Cabral chega, faz um discurso, se elogia, elogia

Ulysses, Ulysses responde, elogia o Bernardo, o Afonso Arinos, todo mundo bate palma e o texto não aparece".

O deputado Haroldo Lima, do PC do B, acompanhando Brandão nas críticas que fez à cerimônia de entrega do projeto de Bernardo Cabral: "A gente veio aqui pensando que era coisa séria, e não apenas uma formalidade para bater retrato, se eu soubesse disso não teria vindo".

Haroldo observou que os constituintes do PC do B estavam na liderança esperando o texto do substitutivo para discutir e analisar o projeto, em comparação com as teses defendidas pelos partidos de esquerda e pelo Movimento de Unidade Progressista, formado por parlamentares do PMDB: "Está todo mundo lá me esperando, porque a informação é que nós, os líderes, receberíamos uma cópia do projeto".

## Substitutivo começa ser emendado amanhã

A divulgação do substitutivo do relator Bernardo Cabral não encerra a angústia da sua espera. Ao contrário, a Constituição agora é que começa a tomar corpo. Hoje são publicados e distribuídos os autos e a partir de amanhã os constituintes passam a emendar o substitutivo. Terão seis dias para tanto. Depois, o relator poderá até mesmo apresentar um novo projeto, que deverá ser mais emendado que o primeiro. É uma hipótese considerada no ofício em que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, comunica ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, os novos prazos, mantendo a data final para votação do substitutivo: 17 de setembro.

O relator-adjunto Nelson Jobim (PMDB/RS) não arisca um diagnóstico sobre o que poderá ser mudado. Cauteloso, ele prefere aguardar as reações, consciente de que certa vez enquanto só de que os pontos polêmicos apenas serão decididos no voto em plenário. Sua opinião, contudo, confronta com o que pensa o deputado Afif Domingos (PL/SP), para quem o texto final aprovado pela Comissão de Sistematização dificilmente será modifica-

do pelo plenário. "Qualquer alteração precisará de 280 votos, o que é uma tarefa, se não impossível, bastante difícil", argumenta.

Ainda segundo Afif Domingos, o esqueleto da futura Constituição brasileira é o substitutivo entregue ontem ao presidente da Constituinte. "Emendas virão, mas todas querendo preservar a estrutura atual", prevê, anunciando que o Grupo dos 32, liderado pelo senador José Rícha, repetirá a estratégia de apresentação de emendas em bloco. "Será feito um trabalho comparativo do Hércules (projeto do Grupo dos 32) com o texto do Bernardo. O Hércules servirá de gabarito comparativo para a Comissão de Sistematização, assim como ajudou o relator", comentou o deputado.

### CALENDRÁRIO

De amanhã até o dia dois, os constituintes apresentarão emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, que de 3 a 7 de setembro deverá apresentar um parecer sobre elas, podendo concluir por novo substitutivo. Dias 8 e 9 o parecer será publicado e distribuído para os constituintes, entrando em votação dia 10 de setembro, fase que se encerrará dia 17.

## ArtCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

### Poluição ameaça a Amazônia

Uma notícia de estarrecer o mundo: o aeroporto de Porto Velho, no centro da Amazônia, está fechado para pouso e decolagem desde domingo, por causa da poluição. Imagine-se isso acontecendo exatamente no coração da Amazônia, tida pelos ecologistas do mundo inteiro como o pulmão verde do Universo.

Acontece que nesta época, como em todo o Brasil, as queimadas tomam conta das matas. Este ano, o desmatamento está sendo muito maior, e enormes nuvens de fumaça sobem aos céus. Como lá o clima é úmido demais, essas nuvens se condensam e formam uma barreira para a visibilidade dos aviões.

E a destruição da mata em forma acelerada, criando smog que atinge outrora apenas as cidades da grande civilização.

Ha que se observar, ainda, que a cidade fica à margem do rio Madeira, promovendo uma ventilação que bem poderia evitar maiores danos.

Acontece, porém, que o fogo é de tal monta, que pode prejudicar uma área enorme, mormente onde essa nuvem de fuligem venha a cair, depois.

O fato merece maior atenção, para que se compreenda o que de grave está acontecendo, até mesmo na Amazônia.

## CONSTITUINTES CONTRA A ESTATIZAÇÃO DA SAÚDE

A maioria dos constituintes que participaram da última sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, destinada ao debate do tema Saúde e Previdência, condenou claramente a estatização da Medicina.

Destacamos os pronunciamentos dos seguintes constituintes: Roberto Jefferson, Roberto Cardoso Alves, Adolfo de Oliveira, Arnaldo Faria, José Elias Murad, Francisco Dornelles, Jofran Frejat, Jarbas Passarinho, Sarney Filho, José Freire, Marcondes Gadelha e Humberto Souto. Todos se manifestaram decididamente a favor da livre iniciativa na saúde.

A minoria pró-estatização foi representada pelos constituintes Augusto Carvalho, Eduardo Jorge, Carlos Mosconi, Euclides Scalco e Nelson Aguiar.

A manifestação dos constituintes contra a Medicina socializada reflete o crescente clamor nacional ante a ameaça de estatização dos serviços de assistência à saúde.

A temática da estatização dos serviços de assistência à saúde não produziu maiores reações nos meios leigos, quando de sua inclusão no primeiro anteprojeto. O público, pouco informado sobre as peculiaridades de um serviço que somente procura durante as crises pessoais e familiares e, mais do que isso, desinformado pela maciça propaganda em favor da estatização, não havia tomado consciência de que, uma vez institucionalizada a reforma proposta, somente lhe caberia como recurso único nos momentos de doença o atendimento dos hospitais públicos.

Pouco a pouco se vai despertando a consciência de todos para o futuro que lhes aguarda e a incredulidade inicial dando lugar a um verdadeiro clamor contra a estatização.

Durante a última reunião dos líderes dos partidos com o relator da Comissão de Sistematização e o presidente da Constituinte, dois importantes líderes partidários, Roberto Jefferson e Inocêncio de Oliveira, condenaram a estatização representada pelo modelo de sistema único e a intervenção nos serviços privados de saúde. Somente o constituinte Carlos Sant'Anna defendeu o sistema preconizado no substitutivo do relator e que encaminha o País para a estatização da Medicina.

Além de expandir o precário e vexaminoso modelo assistencial público, a estatização institucionalizará o caos como forma de gestão da saúde, unificando então os padrões de atendimento para que a medicina curativa se equalize à preventiva, de total responsabilidade do Estado e verdadeira vergonha nacional.

Alertamos para o fato de que os setores majoritários dos profissionais de saúde e de prestação de serviços médicos e hospitalares, não podem aceitar, o absurdo de no texto constitucional constar, de forma expressa, que o poder público pode intervir nos serviços de saúde de forma diferente da regra geral.

O sistema único de saúde proposto é uma imitação do sistema implantado na Nicarágua, país totalmente diferente do Brasil. Este país de 148 mil quilômetros quadrados e um pouco menos de 8 milhões de habitantes (menor que o Acre e com menos população que o Rio Grande do Norte) estabeleceu, após a revolução sandinista, um sistema único público e que tem gerado mais problemas do que soluções, a julgar pelas próprias declarações das autoridades sanitárias nicaraguenses.

A unificação do setor público no Brasil pode ser admitida, mas com muitas restrições. As dimensões continentais do País e suas peculiaridades regionais, exigem um planejamento descentralizado, regionalizado até mesmo ao nível de alguns dos seus estados. É aceitável, por exemplo, unificar num só pacote, regiões tão dispares como o Norte de Minas e o Triângulo Mineiro, ou o agreste e o litoral?

Outras restrições existem e não são poucas. Os tipos de clima e as estruturas econômicas, as próprias subculturas internas e as áreas de incidência das doenças endêmicas, tudo conduzem à descentralização, ao pluralismo das ações coletivas e individuais.

Não se limita o texto proposto ao irrealismo: chega, também, à consolidação de erros crassos e sofismas esdrúxulos: outra coisa não é a falácia de que todos pagam a Previdência porque os empregadores incorporam aos preços de seus produtos e serviços os valores correspondentes à Previdência Social. Ora, numa economia de mercado todos os custos se incorporam a todos os preços, mas as contribuições individuais são feitas pelos próprios indivíduos, e seus salários, incorporados aos preços dos produtos e serviços, continuam a ser próprios e jamais compartilhados com outrem, a não ser o Estado que, através do mecanismo da emissão inflacionária destinada a cobrir o déficit público, confisca, mês a mês, parte substancial dos ingressos dos trabalhadores.

A disposição constitucional para que as rendas da Previdência Social sejam utilizadas pelo serviço público é ilegítima, injusta e equivocada, e, portanto, não pode prosperar. Não é justo que só o trabalhador tenha que financiar a saúde pública, que se estende a toda a população, pobre ou rica, carente ou opulenta.

Notável essa filosofia que, em nome de um falso e indesejável paternalismo, obriga o trabalhador a financiar aos opulentos e a todos a sofrer as carências da miséria na hora da doença. Risível compensação, não fora absurda a sua simples menção.

MOVIMENTO DA LIVRE INICIATIVA NA SAÚDE